

Em suma, importa compreender que a configuração da Escola Pública como um espaço tendencialmente democrático, se depende, por um lado, de uma clarificação das suas finalidades institucionais, depende, também, de uma clarificação das opções que dizem respeito às modalidades de operacionalização curricular, pedagógica e didáctica, em função das quais tais finalidades são passíveis de adquirirem corpo e forma.

É a partir do reconhecimento da importância desse processo de operacionalização educativa que o papel dos professores adquire importância no âmbito do debate sobre a Escola Pública. Na nossa perspectiva são as actividades de mediação curricular e pedagógica que constituem a dimensão nuclear que permite identificar e caracterizar esse trabalho, já que é em função de tais actividades que adquirem sentido o trabalho com outros professores, o investimento em programas de carácter sócio-educativo, o envolvimento em projectos de assessoria pedagógica, de formação e de auto-formação ou o trabalho com outros actores e instâncias exteriores às escolas.

Responde-se, assim e por esta via, às objecções com que António Nóvoa (Evidentemente, Porto: Ed. Asa, 2005) nos confronta quando se refere ao fenómeno do transbordamento das funções a

que os professores, hoje, se encontram sujeitos quando aceitam enfrentar desafios que transcendem a vocação e o âmbito da sua intervenção como educadores.

Importa, por isso, afirmar que a reconfiguração da profissão docente, entendida em função da necessidade da Escola Pública se assumir como um bem comum, tem mais a ver com a redefinição da organização e gestão do trabalho pedagógico nas salas de aula do que com o alargamento e a diversificação das tarefas dos professores.

**A** afirmação de uma Escola Pública congruente com um tal propósito exige, assim, que os docentes que nela intervêm tenham que pensar a sua acção a partir de outros princípios estratégicos que, por sua vez, exprimam outros compromissos epistemológicos, curriculares e didácticos. Compromissos estes que constituem a expressão de uma opção por uma educação escolar que recusa a instrução como modo de acção pedagógica, não por pretenderem minorizar o património de saberes de que podemos dispor ou o papel dos professores como actores educativos incontornáveis no seio das escolas, mas, antes, porque a instrução, ao recusar o singular, ao reprimir a diversidade e ao promover a desconfiança

face à inteligência e ao humano, é contrária à racionalidade educativa que deveria inspirar a educação escolar numa sociedade democrática. Deste modo, pode afirmar-se, de forma genérica, que os professores, neste âmbito, terão que perder centralidade pedagógica para poderem afirmar a sua importância educativa, o que significa, apenas, que a acção docente tem que deixar de ficar confinada ao acto de ensinar, para ser concebida de uma forma mais ampla, a partir da valorização do papel dos professores quer como interlocutores qualificados, quer como mediadores pedagógicos. Será, assim, em nome do referido papel de interlocução que a acção docente se passa a definir em torno do: (i) contributo que possa conduzir os alunos a aprenderem a gerir e a utilizar recursos e instrumentos culturais; (ii) do estímulo e do apoio que prestam a esses alunos para que estes se apropriem da informação disponível e possam aprender a reflectir quer sobre essa mesma informação, quer sobre o processo que conduziu à sua apropriação e (iii) do apoio que disponibilizam para que os alunos desenvolvam competências ao nível da organização dos espaços, dos tempos e das actividades a realizar no âmbito das respectivas salas de aula. Como mediadores pedagógicos, os professores terão que assumir, por sua vez,

um papel nuclear como gestores do currículo e organizadores de ambientes de aprendizagem, capazes de potenciar a actividade organizada e intencional dos alunos, sem os deixar entregues à sua sorte, mas também não fazendo por eles aquilo que só a eles compete fazer.

Neste sentido, os professores terão que se afirmar como profissionais reflexivos, o que nos coloca perante um problema difícil de resolver quando o novo estatuto da carreira e a avaliação de desempenho, decorrente de um tal estatuto, apontam para a via da sua funcionarização. Uma tendência que a aprovação do novo regime jurídico de gestão das escolas públicas reforça, quando investindo, em nome do rigor e da eficácia, na concentração de poderes, pode abrir as portas às atitudes de obediência cega e muda. Atitudes estas que impedem a possibilidade de se produzir olhares dotados de alguma autonomia, eventualmente iconoclastas, e implicados, não por obrigação mas por opção claramente assumida, sem os quais não seria possível garantir o tipo de interlocução que uma Escola Pública culturalmente pertinente e politicamente democrática deveria promover.